



**SUBCOMISSÃO PARA A REINSERÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**RELATÓRIO DA VISITA DE TRABALHO DE UMA DELEGAÇÃO DA  
SUBCOMISSÃO PARA A REINSERÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS, NO  
ÂMBITO DO SEU PLANO DE ATIVIDADES, AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL  
DE LEIRIA - JOVENS**

Pelas 10h40 do dia 25 de maio de 2021, uma delegação da Subcomissão para Reinserção Social e Assuntos Prisionais foi recebida no Estabelecimento Prisional de Leiria - Jovens (EPLJ), sito na Avenida da Comunidade Europeia, n.º 1, Leiria, pelo Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Rómulo Mateus, pelo Subdiretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Dr. Paulo Carvalho e pela Diretora do Estabelecimento Prisional, Dra. Joana Patuleia.

A delegação da Subcomissão era constituída pela sua Presidente, Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS), pelas Senhoras Deputadas Sara Velez (PS) e Margarida Balseiro Lopes (PSD) e pelo Senhor Deputado Ricardo Vicente (BE).

Chegada ao EPLJ, a delegação foi convidada para uma breve troca de impressões no edifício da direção, tendo o Senhor Diretor Geral explicado como se desenrolaria a visita e dado oportunidade à Senhora Diretora do EPLJ de apresentar o estabelecimento e partilhar alguns dados sobre a população reclusa. Informou a Senhora Diretora que, em 1946, na Quinta do Lagar d'El Rei, foi criada uma prisão escola – o Estabelecimento Prisional de Leiria Jovens -, destinado a receber reclusos com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, com possibilidade de permanência até aos 25 anos. Explicou que a propriedade tem 93 hectares, dos quais 25 são área útil, 46 são terreno agrícola e o remanescente terreno florestal, sendo composta por vários edifícios, entre os quais o do gabinete do diretor e da área económica, e pela zona prisional, que, por sua vez, é composta pela área habitacional e pelos serviços de apoio (serviços clínicos, chefia dos guardas prisionais, atividades recreativas e sociais). Relativamente à população reclusa, transmitiu que a média de idades é de 21 anos, provindo a maioria de contextos socio económicos de pobreza, do distrito de Lisboa, e tendo sido condenados por crimes violentos de roubo. Partilhou o esforço do EPLJ no sentido de promover a aquisição por estes jovens de competências pessoais e sociais, sendo, por isso, o foco no ensino, que compreende as competências básicas, o 9.º ano e 12º ano, e na formação profissional, disponibilizando-se desde cursos nas áreas da multimédia, a energias renováveis, cozinha, desporto, informática e empregado de mesa. Frisou que, ao nível da parte

**SUBCOMISSÃO PARA A REINserÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

escolar, buscam um modelo que seja diferente do habitual e capaz de motivar os jovens reclusos. Deu também nota dos vários programas específicos existentes, sublinhando a importância da parte artística, desde logo o Projeto Ópera na Prisão, a produção do vinho Inclusus, o Projeto Pris e um projeto, financiado pela Fundação Gulbenkian, destinado à produção de insetos para a alimentação, que fora aprovado recentemente, encontrando-se em fase de seleção.

A propósito do Projeto Ópera na Prisão, o qual tem projeção mundial, tratando-se de uma parceria entre Portugal, Espanha e Irlanda, e, nas palavras da Senhora Diretora, *um impacto muito positivo na vivência do estabelecimento e na vida dos jovens*, o Senhor Diretor Geral referiu que as receitas obtidas permitiram recuperar um pavilhão, explicando que atualmente existem três que estão desocupados por terem perdido condições de habitabilidade e manifestando o seu entendimento de que se houvesse possibilidade de recuperar esses três pavilhões, poderia ser deslocada para estas parte da população reclusa de Évora e das mulheres de Odemira.

Também o Dr. Paulo Carvalho, Subdiretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, usou da palavra, referindo as potencialidades do EPJL caso este fosse recuperado, apontando, desde logo, que este tem uma capacidade para 350 reclusos, mas normalmente não tem mais de 200 ocupantes, e dando conhecimento de eventuais parcerias, quer com o Instituto Politécnico de Leiria, quer com o Tribunal da Comarca de Leiria, que poderiam permitir a requalificação dos pavilhões devolutos mediante um investimento de cerca de um milhão e meio de euros.

Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Subcomissão, Deputada Isabel Rodrigues, agradecendo a disponibilidade manifestada e apresentando as suas desculpas pelos adiamentos da visita, em virtude das restrições da pandemia e da agenda parlamentar. Fez saber que tomou nota das informações transmitidas, notando que o país atravessa um momento difícil, mas que, não obstante, tem sido reforçada a necessidade de investimento. Transmitiu que as visitas têm ajudado a perceber as dificuldades dos trabalhos desenvolvidos nas áreas da reclusão e reinserção social e questionou, relativamente ao EPLJ, se a população reclusa se mantinha ocupada e se tivera passagem pelo sistema tutelar educativo.

Em resposta, a Senhora Diretora do EPLJ informou que 80% dos jovens tem ocupações, trabalhando na agricultura, em obras de manutenção do EP, na cozinha, na lavandaria,

**SUBCOMISSÃO PARA A REINserÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

entre outras, e que 20% passou pelo sistema tutelar educativo. O Senhor Diretor Geral acrescentou que uma percentagem entre os 20 e os 30% volta a praticar novos crimes, aludindo à estatística disponibilizada pela Direção de Serviços de Justiça Juvenil e a um trabalho científico desenvolvido pela Dra. Maria João Leão, e que se trata de jovens provenientes de um contexto de pobreza. Observou que Portugal é o país da Europa com penas médias mais longas, considerando haver um abuso das penas suspensas, e dos poucos onde a maioria penal é aos 16 anos, não se acompanhando a evolução sociológica de chegada tardia à vida adulta.

A Senhora Deputada Isabel Rodrigues questionou ainda se existiam programas relativos a toxicod dependências, tendo a Senhora Diretora do EPLJ esclarecido que não se verificavam, no EPLJ, hábitos de consumo de drogas pesadas, apenas alguns hábitos de consumo de haxixe e que, a esse nível, existiam programas de acompanhamento individualizado, bem como acompanhamento psicológico, dando nota de que os serviços clínicos do EPLJ contam com dois psicólogos a tempo inteiro, um psiquiatra, um estomatologista, duas enfermeiras do quadro, quatro enfermeiras avançadas e uma médica de clínica geral. Referiu que chegaram a ter uma Unidade Livre de Drogas, mas que a mesma fora encerrada, tendo-se optado por um modelo adaptado à realidade dos consumos, e acrescentou que os jovens foram privados da sua liberdade por crimes praticados no contexto de pobreza em que viviam, normalmente furtos ou roubos e problemas com gangues, e não por consumo de drogas.

A Senhora Deputada Sara Velez (PS) agradeceu o convite da Subcomissão para participar na visita e as informações prestadas, partilhando que não era a primeira vez que visitava o EPLJ e sublinhando e elogiando o trabalho de todos no sentido de reencontrar caminhos que integrem estes jovens.

Também a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) agradeceu a disponibilidade e a partilha de informações, notando que, por vezes, o poder político se desliga destes temas e que tem estado mais alerta para estes desde que reuniu com a APAC. Colocou três questões: a primeira procurando saber a taxa de reincidência quanto aos reclusos que saem do EPLJ, entendendo que esse é um bom indicador para analisar a eficácia da reinserção; a segunda, questionando qual o obstáculo quanto à requalificação de um dos pavilhões em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria; e, por último, indagando acerca do sistema de visitas atualmente em vigor, nomeadamente quanto à sua regularidade. Por fim, lamentou não se aproveitarem os recursos

**SUBCOMISSÃO PARA A REINserÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

existentes para otimizar e melhorar este e outros EPs e que não haja vontade política nesse sentido.

Começou o Senhor Diretor Geral por responder às questões colocadas, referindo que o problema da reincidência está mal estudado em todo o Mundo, sendo controverso entre especialistas. Expressou a sua opinião quanto à necessidade de clarificar o conceito de reincidência, entendendo que esta tem que se apurar em relação a todo o universo, mas que não há estudos profundos na Europa sobre o tema, sendo que a DGRSP segue as pessoas que saem em liberdade condicional e que, quanto a estas, se verifica que 23% reincidem, estando esta taxa entre a média europeia.

Relativamente às vias de requalificação dos pavilhões desocupados, o Dr. Paulo Carvalho referiu que estão perante um problema burocrático, uma vez que, segundo o informaram, a Camara Municipal de Leiria fez distrate de uma parte da propriedade e, no prazo de 10 anos, a Lei não permite outro, revelando que o EPJL já perdera hectares e não tinham sido recebidas as contrapartidas fixadas no âmbito de outros acordos.

A propósito das visitas, a Senhora Diretora do EPLJ transmitiu que estas estiveram temporariamente interrompidas, pois foi necessário realizar obras para instalar os acrílicos e montar as cabines, sendo que são admitidas visitas de 30 minutos durante a semana e de 1 hora aos fins de semana, bem como a realização de videochamadas, as quais são da preferência dos reclusos e seus familiares. O Senhor Diretor Geral complementou a informação, referindo que passaram a admitir visitas ao fim de semana de forma diminuir o fluxo nos parlatórios e que existe um esquema de pré-marcação.

Por sua vez, o Senhor Deputado Ricardo Vicente (BE) questionou se as videochamadas se realizavam anteriormente - tendo a Senhora Diretora do EPLJ respondido afirmativamente -, e que contrapartidas não se tinham verificado. O Senhor Diretor-Geral explicou que esses elementos constavam de um relatório elaborado pelo engenheiro do EPLJ relativamente às instalações, mas que, naquele momento, não estava habilitado a concretizá-lo, pelo que o Senhor Deputado Ricardo Vicente (BE) solicitou que esse relatório pudesse ser partilhado com a delegação e a Subcomissão, tendo o Senhor Diretor afirmado a sua disponibilidade nesse sentido.

Finda a receção inicial à delegação, iniciou-se a visita pelas instalações, na qual participaram também as Senhoras Adjuntas da Diretora, a Dra. Carla Pragosa e a Dra.

**SUBCOMISSÃO PARA A REINserÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Maria Helena Cardoso. A visita iniciou-se pela área escolar e profissional, tendo a Senhora Diretora do EPLJ explicado a localização do campo desportivo, dos pátios, dos pavilhões desocupados - dando nota de que um deles é atualmente utilizado como área de isolamento profilático -, das oficinas e dos pavilhões onde decorrem atividades, como o Pavilhão Mozart, o qual a delegação teve a oportunidade de conhecer, bem como de interagir com alguns dos profissionais que integram o Projeto Ópera na Prisão. Foram visitadas também a biblioteca, a sala dos professores e as salas de aulas, nomeadamente a sala do curso de redes informáticas, tendo a Senhora Diretora do EPLJ e as Senhoras Adjuntas explicado que procuram criar turmas pequenas, com um máximo de 15 alunos, de forma a manter a disciplina, notando o trabalho hercúleo levado a cabo pelos professores e informando que existe uma equipa de apoio ao professor composta por um técnico, um psicólogo e um tutor. Explicaram que há certificação ao nível das competências básicas, 9.º ano e 12.º, tratando-se de dupla certificação quando cumulada com curso profissional. Relativamente aos cursos profissionais transmitiram que procuram disponibilizar áreas de formação que captem os gostos da população reclusa e que normalmente existe uma boa adesão.

Dada a escassez de tempo, não foi possível visitar os Serviços Clínicos, tendo a Senhora Diretora do EPLJ indicado a sua localização, pelo que a visita prosseguiu pela área habitacional, a qual é composta por três pavilhões, com 64, 42 e 26 reclusos, respetivamente. Dois dos pavilhões contêm duas alas e o terceiro, o qual a delegação visitou, apenas uma. Foi transmitido que os reclusos habitam em celas individuais e que em todos os pavilhões existe refeitório, balneário e sala de visitas. A delegação visitou ainda uma das celas, pertencente a um recluso que está na recta final do campeonato das profissões digitais. Nesse momento, o Dr. Paulo Carvalho chamou a atenção para a intervenção que teria de ocorrer em relação às janelas das celas, em cumprimento das diretrizes do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, de forma a assegurar a privacidade dos reclusos na utilização dos equipamentos de higiene.

Antes de encerrar a visita, a delegação deslocou-se, no seu transporte, ao pavilhão de regime aberto e, de seguida, à adega onde é produzido o vinho Inklusus e onde ocorreu um pequeno momento de convívio, tendo a Senhora Presidente da Subcomissão, Deputada Isabel Rodrigues, agradecido toda a disponibilidade e amabilidade demonstradas, dando nota de que estimou muito a visita realizada, observando que o sistema prisional demanda muito trabalho e que fora muito reconfortante ficar a conhecer o projeto do EPLJ, o qual traz esperança, nomeadamente no caso do recluso



**SUBCOMISSÃO PARA A REINserÇÃO SOCIAL E ASSUNTOS PRISIONAIS DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

cuja cela visitaram, e congratulado todos os profissionais do EPJL por, não obstante as dificuldades e as obras de que os espaços necessitam, não medirem esforços para fazer daquele um lugar melhor.

A visita terminou às 12h45.

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2021

**A PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO**



**(Isabel Almeida Rodrigues)**